

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.542.752 - MG
(2019/0205462-7)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : SESOSTRE PEDRO DA SILVA JUNIOR
ADVOGADOS : CESAR RODRIGO NUNES - SP260942
ROBERTO GOMES NOTARI - SP273385
JORGE NICOLA JUNIOR - SP295406
MARCO ANTONIO POZZEBON TACCO - SP304775
TIAGO ARANHA D ALVIA - SP335730N
AGRAVADO : BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA
ADVOGADOS : EDUARDO NEUENSCHWANDER MAGALHAES - MG081229
RODRIGO OLIVEIRA MATTAR NAVES - MG160426
MATHEUS DE LIMA VIEIRA LACERDA - MG183545

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AGRADO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE HIPOSSUFICIÊNCIA. ELEMENTOS NOS AUTOS QUE DEMONSTRAM A CAPACIDADE DA PARTE DE ARCAR COM AS DESPESAS DO PROCESSO. INDEFERIMENTO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRADO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte de Justiça delineia que o benefício da assistência judiciária gratuita pode ser indeferido quando o magistrado se convencer, com base nos elementos acostados aos autos, de que não se trata de hipótese de miserabilidade jurídica.
2. No caso, o Tribunal *a quo* entendeu que os documentos constantes dos autos demonstram que o recorrente possui patrimônio incompatível com o alegado estado de necessidade para fins de concessão do benefício pretendido. A modificação de tal entendimento demandaria a análise do acervo fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.
3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator